

**A. I. Nº** - 110024.0016/03-5  
**AUTUADO** - ARCO VERDE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.  
**AUTUANTE** - NÍVIA COSTA VERZOLLA  
**ORIGEM** - INFAZ IGUATEMI  
**INTERNET** - 26. 02. 2004

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0032-04/04**

**EMENTA:** ICMS. 1. ICMS LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. 2. LIVROS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. MULTA. 3. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. MULTA. 4. ICMS LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Infrações caracterizadas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/11/2003, exige ICMS no valor de R\$5.740,99 e multas no valor total de R\$600,00, em razão das seguintes irregularidades:

1. Deixou de recolher nos prazos regulamentares o imposto no valor de R\$4.807,51, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios;
2. Deixou de escriturar os livros RAICMS e de Saídas de mercadorias nos meses de julho a outubro/2003, pelo que foi aplicada a multa no valor de R\$460,00;
3. Declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais através da DMA, o que ensejou a aplicação da multa de R\$140,00;
4. Recolheu a menos o imposto no valor de R\$933,48, em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro RAICMS;

O autuado impugnou o lançamento fiscal, fls. 52 e 53 dos autos, apenas no que diz respeito às infrações 1 e 4, já que em relação às demais acatou a imposição fiscal, as quais foram objeto de recolhimento, conforme cópia DAE juntado pela defesa à fl. 54.

Com referência às infrações impugnadas, alegou que se trata de uma microempresa, com atividade econômica de lanchonete, casas de chá, sucos e similares, cujos produtos em sua maioria (matéria prima) quando de sua aquisição não há crédito fiscal, fato que sobrecarrega a tributação.

Salienta que, por várias vezes solicitou a mudança de sua situação cadastral para regime especial ou empresa de pequeno porte, pelo fato de sua atividade levar em conta o faturamento bruto e compras.

Ao finalizar, o autuado apela que seja concedida a mudança do regime fiscal e desconsiderada a presente autuação, evitando um colapso fiscal, para que possa honrar os compromissos assumidos anteriormente.

A autuante ao prestar a informação fiscal, fl. 56 dos autos, assim se manifestou para contraditar a defesa formulada:

1. Que o autuado não apresentou elementos para invalidar a ação fiscal no que se refere às infrações 1 e 4, já que consta no Cadastro de Contribuintes do ICMS a condição de normal da empresa, cuja apuração do imposto é feita através da conta-corrente fiscal, motivo pelo qual o valor reclamado foi corretamente exigido;

2. Quanto à alteração da forma de apuração do imposto e da condição de normal para Empresa de Pequeno Porte, esclarece que é necessário o contribuinte formalizar o pedido mediante o preenchimento e entrega do Documento de Informação Cadastral – DIC, os quais podem ser acatados ou não pela SEFAZ, cujas alterações somente passam a surtir efeitos a partir da data do seu deferimento.

Ao finalizar, solicita o julgamento procedente do Auto de Infração.

## VOTO

Do exame do PAF, constata-se que o autuado em relação às infrações 2 e 3, acatou a imposição fiscal, tendo efetuado através do DAE à fl. 54 o recolhimento das multas aplicadas pelo autuante, fato que comprova o acerto da ação fiscal, pelo que mantenho as exigências.

Com referências às infrações 1 e 4, as alegações defensivas não merecem o meu acolhimento, uma vez que ao se defender das acusações, o autuado apenas se limitou a pedir que seja desconsiderado a autuação, pelo fato de tratar-se de uma microempresa, com atividade econômica de lanchonete o que não elide a autuação.

Saliento, com base na informação fiscal da autuante, que o autuado é inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS como normal, situação que o obriga a apurar o imposto através da conta-corrente fiscal, como foi levantado no presente lançamento, onde foi constatada a falta e o seu recolhimento a menos, conforme demonstrativos às fls. 27 e 47 dos autos.

Quanto ao argumento do autuado, segundo o qual solicitou várias vezes à mudança do seu regime de apuração do imposto, constatei que não foi juntada pela defesa qualquer prova, razão pela qual deixo de acatá-lo.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **110024.0016/03-5**, lavrado contra **ARCO VERDE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$5.740,99**, acrescido das multas de 50%, sobre R\$4.807,51 e de 60% sobre R\$933,48, previstas no art. 42, I, “a” e II, “b”, respectivamente, da Lei nº 7014/96 e demais acréscimos legais, além das multas no valor total de **R\$600,00**, previstas nos incisos XV, “d” e XVIII, “c”, do mesmo art. e lei acima citados, homologando-se os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de fevereiro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR